

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LV

FLORIANÓPOLIS, 04 DE DEZEMBRO DE 2006

NÚMERO 5.660

15ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco
**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Rogério Mendonça
**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Francisco de Assis
**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro
**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto
PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi
**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Boppré
**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado
**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO**
Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello - Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Francisco de Assis
Gelson Merísio
Moacir Sopelsa
Afrânio Boppré
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Vice Presidente
Djalma Berger
Vânio dos Santos
Altair Guidi
Nelson Goetten
Afrânio Boppré
Rogério Mendonça
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Paulo Eccel - Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Romildo Titon
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori - Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Luiz Eduardo Cherem
Genésio Goulart
Moacir Sopelsa
Gelson Merísio
Mauro Mariani
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Vânio dos Santos - Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Afrânio Boppré
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Clésio Salvaro
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira - Dentinho - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Romildo Titon
Odete de Jesus
Antônio Luz Neto
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva - Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira - Dentinho
Mauro Mariani
Jorginho Mello
Nilson Nelson Machado
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merísio - Presidente
Wilson Vieira - Dentinho - Vice Presidente
Gilmar Knaesel
Antônio Carlos Vieira
Altair Guidi
Genésio Goulart
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho - Presidente
Vânio dos Santos - Vice Presidente
Gilmar Knaesel
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Rogério Mendonça
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini - Presidente
Ana Paula Lima - Vice Presidente
Joares Ponticelli
Luiz Eduardo Cherem
Simone Schramm
Sérgio Godinho
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Djalma Berger - Presidente
Ana Paula Lima - Vice Presidente
Reno Caramori
Gelson Merísio
Francisco de Assis
Nilson Nelson Machado
Antônio Aguiar
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Joares Ponticelli
Antônio Ceron
Gilmar Knaesel
Paulo Eccel
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Celestino Secco - Presidente
Vânio dos Santos - Vice Presidente
Cesar Souza
Simone Schramm
Luiz Eduardo Cherem
Moacir Sopelsa
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro - Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira - Dentinho
Cesar Souza
Antônio Aguiar
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1682
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Atos da Mesa2

Publicações Diversas

Audiência Pública.....5

Extrato10

Lei10

Projeto de Lei11

Portarias11

ATOS DA MESA**ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 383, de 04/12/2006**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no artigo 31, parágrafo único da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, c/c o Ato da Mesa nº 283, de 11/07/2006, considerar extintas as funções de Chefia e Assistência Intermediária, código PL/CAI e, conseqüentemente, dispensar das referidas funções, os servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome do Servidor
2044	Adelia Ferrari Cardoso
1449	Adiel Fernandes Cipriano
0882	Alexandre Pantaleao Athanasio
0058	Altair Santos de Aguiar
1237	Alvaro Pacheco de Souza
0704	Amilton de Araujo Soares
2106	Ana Maria Baggio da Silva
2066	Ana Maria de Queiroz Garcia
1832	Ana Maria Garibotti
1376	Angelino Savio Quartiero
1889	Anita Maria Cardoso Vieira
1162	Anna Soraya Bacha
1884	Antonio Orlando
1087	Carlos Cesar de Oliveira
1429	Carlos Henrique Machado
0901	Carmem Lucia Correa Zattar
1873	Carmen Lucia Marian Souza
0076	Catharina Mignoni
0437	Celia Maria Silva
0844	Celio Cesar da Silva
2537	Cintia Mara Sche Viegas
2138	Clerson Larroyd
1502	Cristiani Luchi Silveira
1503	Cristina L. Pinto Weschenfelder

1818	Denise Videira Silva
1990	Dirce Lucia Piano
1814	Dulcineia Goulart Tavares
0456	Edemir Vitor Pereira
1507	Eduardo Rocha
0711	Eliane Regina Correa de Mattos
2037	Frederico Alexandre Crippa
1077	Geraldo Martins Bittencourt
1620	Hugo Greggi
1437	Iwana Lucia Lentz
2091	Izauro Luiz Pereira
1170	Jacqueline S. Thiago C. Quaresma
1373	Jayr de Oliveira Mattos Filho
1521	Jonas Lemos Campos
0652	Jose Carlos Carvalho Cook
1248	Julio Cesar Prates
1276	Leila Mary Paludo Gomes
1570	Lenir Martins Andrade Luz
0428	Leogildo Agenor Lino
1917	Liciamara Faria Laus Campos
1568	Lucia Helena Coelho Prazeres
1891	Lucila Antunes
1027	Luiz Alberto Orsi
0264	Luiz Augusto Schneider
2162	Luiz Carlos Paiva Junior
1301	Magda de Araujo Narciso
1574	Mansur Melquiades Elias Junior
1401	Marcia Bittencourt
2143	Marcia Regina Petri
1896	Marco Antonio B. da Rocha
0721	Marcos Aurelio Gungel
1439	Margareth Balsini Genovez
2191	Maria Aparecida Rosa Eckert
0596	Maria Aparecida Tridapalli Archer
1124	Maria Beatriz P Ferreira
2123	Maria de Lourdes Nasario
0631	Maria do Bonsucesso V. Koerich
0323	Maria do R. Barreto da Silva

0687	Maria Ines Catalano
1134	Maria Luiza Brasil
1252	Maria Marcia de Melo Barreto
1813	Marilia Maes Sempre Bom
1472	Mario Roberto Bott Hablitzel
1571	Marlise Furtado A Ramos Burger
1473	Messias Marciano de Sousa Neto
1116	Nereu B. Spinola Bittencourt
2107	Odicelia H. Nascimento Moura
1355	Paulo Jose Rosa
0697	Renei Carlos Rachadel
0935	Ricardo Cascaes Sabino
1704	Roberson Dornbusch
0517	Rosa Maria de Lacerda
0703	Rozane Marques Alves
1179	Rubens Chaves Vargas
1102	Rubervaldo da Silva
2064	Sandra Maria Raimundo Medeiros
2185	Santos Justino Tome
1013	Sergio Luiz Sell
1210	Siomara Goncalves Videira
1269	Sirlene Michels Zunino
2094	Teresinha Bloemer Pickler
0641	Tulio Cesar Mafra
1887	Valci Martins
1546	Vania Maria C. de Oliveira Cervi
1017	Vera B. Martins Lopes Vieira
1274	Vicente Cravo Di Pietro

Art. 2º Ficam igualmente extintas as funções de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT e, dispensar das referidas funções os servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome do Servidor
1842	Beatriz Campos Elias Acorsi
1500	Ciro Silveira
1955	Claire Knapp
1876	Cleo Fatima Manfrin
2003	Clovis Nelson Pires da Silva
0889	Desio Muller
1194	Flavio Pittigliani Vieira
1847	Isabella de Araujo B. Flores
1705	Ivone de F. Bonomini de Luna
0406	Jamile Machado
1943	Joao Ari dos Santos Dutra
1339	Joao de Aquino Conceicao Neto
1239	Jose Carlos de Oliveira
2001	Laurici Silva do Herval
1098	Ligia de Oliveira Stoeterau
2201	Luciane Dutra Meurer
1994	Luciane Fadel da Costa
1151	Luiz Argemiro de Quadros
1801	Mabel Santos da Silva
0675	Margaret Bittencourt
1089	Maria das Dores Rezende Ize
0578	Maria de Fatima da Rocha
1338	Maria Elizabeth Gonzaga
1894	Maria Helena Teixeira Diniz
1419	Maria Lucia Pinto da Luz
1145	Maria Salette Willemann
2071	Marta Lucia Massolini Lippel
0171	Michel Curi
1609	Nadia Makhoul Neves
1534	Nadia Regina Pereira
0688	Nelise Regina de Souza
1228	Ricardo Valerio Oriano
1483	Rita de Cassia Costa
1872	Rosana Pio Silveira
0863	Valter Hones
0299	Vera Lucia Farias

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2006.

Deputado Julio Garcia - Presidente
 Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
 Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
 *** X X X ***

ATO DA MESA Nº 384, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada e inclusa, respectivamente, nos anexos III-A e III-B, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, a estrutura provisória das funções de confiança de Chefia de Seção, código PL/FC-3, e Assessoria Técnica-administrativa, código PL/FC-2, consoante a designação dos quadros abaixo:

I - Designar os servidores abaixo relacionados para a função de confiança de Chefia de Seção, código PL/FC-3, conforme segue:

Matrícula	Nome do Servidor
2044	Adelia Ferrari Cardoso
1449	Adiel Fernandes Cipriano
0882	Alexandre Pantaleao Athanasio
0058	Altair Santos de Aguiar
1237	Alvaro Pacheco de Souza
0704	Amilton de Araujo Soares
2106	Ana Maria Baggio da Silva
2066	Ana Maria de Queiroz Garcia
1832	Ana Maria Garibotti
1376	Angelino Savio Quartiero
1889	Anita Maria Cardoso Vieira
1162	Anna Soraya Bacha
1884	Antonio Orlando
1087	Carlos Cesar de Oliveira
1429	Carlos Henrique Machado
0901	Carmem Lucia Correa Zattar
1873	Carmen Lucia Marian Souza
0076	Catharina Mignoni
0437	Celia Maria Silva
0844	Celio Cesar da Silva
2537	Cintia Mara Sche Viegas
2138	Clerson Larroyd
1502	Cristiani Luchi Silveira
1503	Cristina L. Pinto Weschenfelder
1818	Denise Videira Silva
1990	Dirce Lucia Piano
1814	Dulcineia Goulart Tavares
0456	Edemir Vitor Pereira
1507	Eduardo Rocha
0711	Eliane Regina Correa de Mattos
2037	Frederico Alexandre Crippa
1077	Geraldo Martins Bittencourt
1620	Hugo Greggi
1437	Iwana Lucia Lentz
2091	Izauro Luiz Pereira
1170	Jacqueline S. Thiago C. Quaresma
1373	Jayr de Oliveira Mattos Filho
1521	Jonas Lemos Campos
0652	Jose Carlos Carvalho Cook
1248	Julio Cesar Prates
1276	Leila Mary Paludo Gomes
1570	Lenir Martins Andrade Luz
0428	Leogildo Agenor Lino
1568	Lucia Helena Coelho Prazeres
1891	Lucila Antunes
1027	Luiz Alberto Orsi
0264	Luiz Augusto Schneider
2162	Luiz Carlos Paiva Junior
1567	Luiz Henrique Russi
1574	Mansur Melquiades Elias Junior
1401	Marcia Bittencourt
2143	Marcia Regina Petri
1896	Marco Antonio B. da Rocha
0721	Marcos Aurelio Gungel
1439	Margareth Balsini Genovez
2191	Maria Aparecida Rosa Eckert
0596	Maria Aparecida Tridapalli Archer
1124	Maria Beatriz P Ferreira
2123	Maria de Lourdes Nasario
0631	Maria do Bonsucesso V. Koerich
0323	Maria do R. Barreto da Silva
0687	Maria Ines Catalano
1134	Maria Luiza Brasil
1252	Maria Marcia de Melo Barreto
1813	Marilia Maes Sempre Bom
1472	Mario Roberto Bott Hablitzel
1571	Marlise Furtado A Ramos Burger
1473	Messias Marciano de Sousa Neto
1116	Nereu B. Spinola Bittencourt

2107	Odicelia H. Nascimento Moura
1355	Paulo Jose Rosa
0697	Renei Carlos Rachadel
0935	Ricardo Cascaes Sabino
1704	Roberson Dornbusch
0517	Rosa Maria de Lacerda
0703	Rozane Marques Alves
1179	Rubens Chaves Vargas
1102	Rubervaldo da Silva
2064	Sandra Maria Raimundo Medeiros
2185	Santos Justino Tome
1013	Sergio Luiz Sell
1210	Siomara Goncalves Videira
1269	Sirlene Michels Zunino
2094	Teresinha Bloemer Pickler
0641	Tulio Cesar Mafra
1887	Valci Martins
1546	Vania Maria C. de Oliveira Cervi
1017	Vera B. Martins Lopes Vieira
1274	Vicente Cravo Di Pietro

II - Ficam igualmente designados para as funções de confiança de Assessoria Técnica-administrativa, código PL/FC-2, os servidores abaixo relacionados:

Matrícula	Nome do Servidor
1842	Beatriz Campos Elias Acorsi
1500	Ciro Silveira
1955	Claire Knapp
1876	Cleo Fatima Manfrin
2003	Clovis Nelson Pires da Silva
1194	Flavio Pittigliani Vieira
1847	Isabella de Araujo B. Flores
1705	Ivone de F. Bonomini de Luna
0406	Jamile Machado
1943	Joao Ari dos Santos Dutra
1339	Joao de Aquino Conceicao Neto
1239	Jose Carlos de Oliveira
2001	Laurici Silva do Herval
1098	Ligia de Oliveira Stoeterau
2201	Luciane Dutra Meurer
1994	Luciane Fadel da Costa
1151	Luiz Argemiro de Quadros
1801	Mabel Santos da Silva
0675	Margaret Bittencourt
1089	Maria das Dores Rezende Ize
0578	Maria de Fatima da Rocha
1338	Maria Elizabeth Gonzaga
1419	Maria Lucia Pinto da Luz
1145	Maria Salete Willemann
2071	Marta Lucia Massolini Lippel
1609	Nadia Makhoul Neves
1534	Nadia Regina Pereira
0688	Nelise Regina de Souza
1228	Ricardo Valerio Oriano
1483	Rita de Cassia Costa
1872	Rosana Pio Silveira
0863	Valter Hones
0299	Vera Lucia Farias

Art. 2º A presente estrutura provisória das funções de confiança terá vigência até a implementação da regulamentação prevista no caput do artigo 31, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2006.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 385, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **MARILEA MARCON CORREA**, matrícula nº 1369, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Consultoria Legislativa, código PL/FC-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, NEROCI DA SILVA RAUPP, a partir de 01/12/06 (DL/Consultoria Legislativa).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 386, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **VANIO CARDOSO DARELLA**, matrícula nº 0938, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor Financeiro, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, HILDO TRAMONTIN, a partir de 01/12/06 (Diretoria Financeira).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 387, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Execução Orçamentária, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, VANIO CARDOSO DARELLA, a partir de 01/12/06 (DF/Coordenadoria de Execução Orçamentária).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 388, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **IMER CALDAS**, matrícula nº 1858, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Prestação de Contas, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, TOBIAS WAGNER JUNIOR, a partir de 01/12/06 (DF/Coordenadoria de Prestação de Contas).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 389, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **LUCIA HELENA COELHO PRAZERES**, matrícula nº 1568, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Estágios Especiais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARILÚ LIMA DE OLIVEIRA, a partir de 01/12/06 (DRH/Coordenadoria de Estágios Especiais).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 390, de 04/12/2006

Constitui Comissão para elaborar estudos à implementação de concurso público para o preenchimento de cargos do quadro de pessoal do Poder Legislativo e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial composta pelos servidores **Désio Muller**, matrícula nº 0889 - Diretor de Recursos Humanos; **Lúcia Helena Evangelista Vieira**, matrícula nº 4713 - Diretora de Comunicação Social; **Aldo Luiz Garcia**, matrícula nº 1094 - Assessor Jurídico e de Planejamento e **Heloisa Mara Lisboa Vieira**, matrícula nº 1290 - Coordenadora de Planejamento e Avaliação de Pessoal, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceder estudos e apresentar proposta que viabilize a realização de concurso público para o preenchimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Legislativo.

Parágrafo único. A participação dos servidores de que trata o caput deste artigo é considerado como trabalho relevante, não remunerado.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 391, de 04/12/2006

Constitui Comissão para elaborar estudos para a implementação da estrutura definitiva das funções de confiança no Poder Legislativo e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, RESOLVE:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, fica constituída Comissão Especial composta pelos servidores **Juarez José Tortato**, matrícula nº 1088; **Ivone de Fátima Bonomini de Luna**, matrícula nº 1705; **Samir Machado**, matrícula nº 2198; **Vanio Cardoso Darella**, matrícula 0938 e **Maria Luiza da Silva Dalbosco**, matrícula nº 1572, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, elaborar estudos e apresentar proposta para a estruturação das funções de confiança de chefia de seção e de assessoria técnica-administrativa do Grupo de Atividades de Função de Confiança, previsto nos Anexos III-A e III-B, respectivamente, da Resolução nº 002/2006.

Parágrafo único. A participação dos servidores designados no *caput* deste artigo é considerado como trabalho relevante, não remunerado.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 392, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **ILKA MARIA FRETTE LACERDA**, matrícula nº 1381, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Eventos, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **ROSANA BRASCA CAJUELLA**, a partir de 01/12/06 (CGP/Coordenadoria de Eventos).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 393, de 04/12/2006

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **ITAMAR JOSÉ EFFTING**, matrícula nº 1238, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Informática, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **RAUL JOSÉ LUMMERTZ**, a partir de 01/12/06 (DAT/Coordenadoria de Informática).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário
Deputado Pe. Pedro Baldissera - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA DEBATER SOBRE OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO GOVERNO DO ESTADO DESTINADOS ÀS ÁREAS DE SANEAMENTO E HABITAÇÃO PARA 2007, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 10H, NO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA AP Saneamento Básico e Habitação - 29/11/06

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Vamos dar início à audiência pública no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, solicitada por este deputado, para discutir a previsão orçamentária ao saneamento básico e a habitação popular no Estado de Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos a senhora Maria Darci Mota Beck, diretora-presidente da Cohab de Santa Catarina; o doutor Romualdo Goulart, diretor de Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento, neste ato representando o secretário estadual de Planejamento; o senhor Modesto Azevedo, presidente da Ufeco (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias); e o deputado Rogério Mendonça, membro da Comissão de Finanças e Tributação.

Como solicitante desta audiência pública, quero fazer algumas considerações iniciais antes de passar a palavra aos integrantes da mesa.

A TVAL e a Rádio Alesc Digital estão transmitindo esta audiência, e todos os presentes poderão, ao final, se manifestar.

A minha preocupação, como deputado e relator do Orçamento, são as questões referentes, por exemplo, à cobertura do saneamento em Santa Catarina e, de uma maneira geral, no Brasil. Mas nós, e eu como deputado estadual, podemos discutir a questão aqui no Estado de Santa Catarina.

Segundo dados da própria Casan, incluindo essa entidade e as Samaes, apenas 9,6% da população catarinense tem atendimento de esgoto. Na questão ambiental, temos dados mostrando que 80% dos mananciais de água disponível para o abastecimento público estão contaminados. Com relação à saúde pública, a falta de saneamento nos deixa expostos a doenças infecto-contagiosas.

Santa Catarina é um Estado eminentemente turístico, e quanto melhor for o tratamento de esgoto em nossos balneários, melhor vai ser a satisfação dos turistas. Ninguém vai vir para uma praia onde corre esgoto a céu aberto ou onde há esgoto que não é tratado eficientemente.

E uma preocupação nossa é que o Orçamento direto do Estado de Santa Catarina pouco recurso prevê para saneamento. Quando convoquei essa audiência pública, tínhamos uma previsão orçamentária de 230 mil reais para investimento em saneamento; ontem, foi protocolada uma emenda por parte da Casan colocando 50 milhões de reais para saneamento. Então, não sei se foi esquecimento, mas pelo fato da convocação da audiência ontem, já chegaram mais 50 milhões.

Independentemente disso, todo esse recurso é de outras fontes, como tarifas, empréstimos, financiamentos; o Orçamento do Estado de Santa Catarina não prevê nada mais do que 230 mil reais para investimento em saneamento.

Na questão da habitação - e temos aqui conosco a doutora Darci, com quem sempre temos muito contato, uma pessoa bastante dedicada e que fez um bom trabalho à frente da Cohab -, temos investimentos com recursos do governo federal (da Caixa Econômica ou através de leilões), que ela, competentemente, ganha do Ministério das Cidades.

Do Orçamento do Estado de Santa Catarina, temos previsão orçamentária apenas para os recursos humanos da Cohab. O auxílio-alimentação e a administração de recursos humanos são os orçamentos efetivamente do Estado de Santa Catarina.

Portanto, todo o trabalho da habitação é feito com recursos ou da Caixa Econômica ou do Ministério das Cidades, ou então com o próprio recurso da Cohab, mas nada do Orçamento do Estado.

Ainda sobre habitação popular, temos um parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dos períodos 2003 e 2004, dizendo que a contribuição do programa para redução do déficit habitacional global é diminuta, em virtude do pequeno volume de recursos alocados frente ao déficit habitacional quantitativo e da inadequação dos domicílios, o que afeta parcela da população catarinense.

O parecer determina a adoção de medidas para incrementar o andamento do programa, uma vez que os recursos disponibilizados são insuficientes para a meta proposta. Mesmo após alterações e dotações da ordem de 3,7 milhões, até setembro deste ano foram aplicados apenas 630 mil, ou seja, 16,7%.

Também determina a adoção de providências quanto às divergências existentes, sem ter o Orçamento aprovado e o quantitativo de ações de programas, e a diminuição do déficit em 2003, na ordem de 160 mil reais.

No Orçamento de 2006, tínhamos uma previsão orçamentária para a Cohab em torno de 60 milhões de reais, com uma suplementação, mas a execução até este mês aponta apenas 18,6 milhões. Então, de 66 milhões, a execução é de apenas 18,6 milhões, e isso também preocupa, porque falta um mês e meio e há esse saldo de 50,5 milhões, pelo menos orçamentário, e também gostaríamos de entender como funciona.

Concedemos a palavra por até quinze minutos à diretora-presidente da Cohab, doutora Maria Darci Mota Beck, para fazer sua manifestação sobre a posição da Cohab.

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Eu gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando o deputado Dionei, que é um batalhador nessa área de habitação; o colega Romualdo, que está representando o secretário do Planejamento; o Modesto Azevedo, que está sempre à frente das causas sociais em Santa Catarina; os demais diretores da Cohab aqui presentes; os demais participantes.

Quero dizer que falar da Cohab é sempre um prazer. Estamos no final do período desse governo e podemos dizer que o nosso desempenho ainda é modesto, mas nós conseguimos muito à frente da Cohab.

Quando assumimos a Cohab, ela tinha uma dívida enorme. Até o prédio da empresa era hipotecado aos empregados, por ações trabalhistas. Nós fizemos uma grande recuperação da empresa, recuperando também a sua capacidade como agente financeira perante o Banco Central, o Ministério das Cidades e com o Tesouro Nacional, permitindo, assim, que participasse de leilões públicos.

A Cohab, que há dezoito anos não trabalhava mais como agente financeiro com recursos federais, voltou a operar no Sistema Financeiro da Habitação. Isso graças ao saneamento financeiro que fizemos. Das 85 Cohabs, ou órgãos assemelhados no País, só cinco atingiram este Estado, e a Cohab foi a terceira a se qualificar.

Portanto, a Cohab hoje é uma empresa que tem condições de executar - como está executando - importante programa de moradia para este Estado. E Santa Catarina precisa da Cohab para orientar as prefeituras municipais, para formular as políticas, para dar orientação técnica à população, para orientar sindicatos, federações, associações de moradores, pois todos esses são hoje parceiros da Cohab.

Antes, a Cohab trabalhava praticamente sozinha. Ela montava o projeto, levava a licitação, construía e, depois, ia procurar os moradores para ocupar aquelas casas. Hoje, até pela escassez de recursos, buscamos a alternativa das parcerias, e foi através disso que conseguimos esse desempenho da Cohab.

Nós trabalhamos uma experiência bem interessante nesse último ano com as associações de moradores: estamos fazendo várias casas com os recursos obtidos da venda das árvores cortadas ao longo da BR-101.

Da soma dos demais recursos do Estado e da própria União, que conseguimos através de leilões, só ao longo da BR-101 estamos construindo 150 casas com esses recursos, muitos deles conseguidos em parceria com essas associações de moradores.

É um trabalho muito difícil, porque estamos dando prioridade de atendimento à população de baixa renda. E de baixa renda mesmo! A maioria não tem carteira de trabalho assinada, mora em submoradia ou com outras famílias e recebe até um salário mínimo.

Nesse sentido, nós já construímos mais de cinco mil unidades, tendo sido concluídas em torno de quatro mil, estando em conclusão quase duas mil. Estamos em fase de contratação, e já com todos os documentos aprovados e com as parcerias estabelecidas, para mais cinco mil unidades habitacionais, inclusive com recursos em caixa.

Certamente ainda é pouco o que temos de recursos diante do grande déficit habitacional que existe em Santa Catarina. Mas já temos uma estrutura, já tivemos um bom começo.

Tivemos poucos recursos do governo do Estado porque, como os senhores todos têm conhecimento, hoje a maior fatia de recursos destinada à habitação, ou quase 100% desses recursos, está com o governo federal, que administra o FGTS de todos os trabalhadores brasileiros.

Temos feito parcerias, inclusive com a Caixa Econômica Federal, temos trazido parte desses recursos para Santa Catarina, temos participado desses leilões, e já conversamos com o nosso governador. Certamente Santa Catarina precisa estabelecer uma fonte permanente de recursos, e isso deverá vir através do estabelecimento de uma política de habitação para o Estado.

Nós já temos propostas, o governo já as está estudando, e espero que para o próximo ano seja aprovada essa lei, em estrita observância à lei nacional que foi aprovada no decorrer de 2006, assegurando recursos e a participação do Estado na construção do grande programa de moradias populares.

Por orientação do nosso ex-governador, hoje governador reeleito, foi feito um grande trabalho com os madeireiros de Santa Catarina. Nós desenvolvemos, em parceria com o Sindimadeira, uma casa de madeira de 44 metros quadrados, com três quartos, sala, cozinha e um banheiro, que custará em torno de 9 mil reais. E a madeira é de reflorestamento, autoclavada, com grande durabilidade.

As seguradoras já estão apostando também, vão cobrir seguro até 10% do total de moradias que a Cohab venha a construir ou financiar, viabilizando aí um programa de aproveitamento das madeiras e de reabilitação das nossas madeiras, que dispensaram muitos de seus empregados e que agora voltam a gerar novos empregos e a dar solução habitacional adequada e muito eficiente.

Além disso, a programação deve ser desenvolvida com a construção normal de casas populares, e vemos aí uma grande expectativa.

Fizemos parceria também com as federações, por exemplo, com a Federação dos Trabalhadores de Santa Catarina, com a Fetraf-Sul, e entramos numa área muito importante para a população de Santa Catarina, a da habitação rural, para atender os moradores rurais. Nesse primeiro momento, estamos fazendo quatro mil casas em parceria. Isso é bastante significativo se considerarmos que os governos anteriores não trabalharam nessa área da habitação rural.

O morador rural precisa ter apoio, precisa de subsídios. Dessas moradias que estamos construindo, ele recebe dois terços de subsídios, ou seja, vai pagar apenas um terço de financiamento, dos recursos que lhe são repassados, tendo uma prestação minúscula de, no máximo, 60 reais por mês. Então, se ele vender queijo, leite, já tem como pagar a mensalidade. Ele ainda tem a vantagem de receber o seu carnê de forma anual; na hora da colheita, pode quitá-lo.

Esse financiamento que ele recebe é em curto prazo, deputado, pode pagá-lo em seis anos. Entã, é altamente subsidiado e está resolvendo.

O Tribunal de Contas fez uma auditoria no nosso programa e, evidentemente, apontou algumas sugestões. Mas, de forma geral, o grau de satisfação é muito grande, principalmente da população rural, que tinha sido abandonada pelos programas de habitação.

Portanto, a Cohab de Santa Catarina, que era uma empresa destinada a fechar as suas portas, hoje está em plenas condições de realização do seu programa, e está realizando. É grande parceira e está concluindo um projeto técnico que vai ser colocado à disposição de toda a população graciosamente. O pessoal de baixa renda que quer construir a sua casa popular tem muita dificuldade para contratar um arquiteto, porque não tem recursos pra contratar um arquiteto. Só as classes média e alta têm condições de contratar esse serviço, e o governo do Estado de Santa Catarina está colocando, graciosamente, um projeto técnico à disposição da população.

Isso quer dizer que não precisa mais construir barracos. Com os mesmos recursos que colocam nos barracos, podem construir casas, e com previsão de ampliação para quando tiverem mais recursos. Melhorando sua situação produtiva, de emprego, de participação na economia, vai também adquirindo condições de ampliar a sua casa de acordo com as suas necessidades.

Então, estamos vendo hoje que a Cohab desenvolve o seu programa e atinge o seu objetivo, mas, sem dúvida nenhuma, precisa de mais recursos para atender maior parcela da população, uma vez que o déficit de Santa Catarina é muito grande.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Obrigado, dona Darci.

Com a palavra o representante da Ufeco, por até dez minutos.

O SR. MODESTO AZEVEDO - Queria cumprimentar o deputado Dionei; a presidente da Cohab, Maria Darci; o representante da Secretaria de Planejamento, Romualdo; as demais autoridades e lideranças comunitárias presentes nesta audiência.

Eu queria dividir a minha fala entre saneamento básico e moradia popular.

A Ufeco (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) é uma entidade que atua aqui na representação municipal e é filiada à União Nacional por Moradia Popular. Então, temos uma representação municipal filiada a uma representação nacional.

Com relação ao saneamento básico aqui em Florianópolis, estamos bastante preocupado. Hoje eu tive acesso ao AN Capital, no qual a Acif defende uma nova gestão para a água. Nós sabemos que agora em fevereiro vai vencer o contrato com a Casan, e já há um movimento em direção à privatização da água, e a gente sabe, Dionei, o que acontece com essas privatizações.

Florianópolis está atenta a isso, já estamos em contato com o Movimento Sindical, com o Movimento Popular para, na Câmara de Vereadores, não deixar acontecer o que vem acontecendo aqui ultimamente.

Aliás, o saneamento aqui na cidade de Florianópolis é uma vergonha! Do *shopping center* construído ali no Saco Grande, no João Paulo, estão sendo transportados 225 mil litros de esgoto porque não há saneamento básico. Fazem um *shopping* daquele tamanho e o empreendedor não teve a preocupação, deputado, de ficar atento ao primordial, à necessidade básica, que é o saneamento básico. Isso não pode continuar!

Fizemos uma denúncia ao Ministério Público e conseguimos uma liminar, mas a prefeitura e a Fatma, por incrível que pareça, recorreram da nossa liminar em segunda instância, e o *shopping* está lá funcionando, com quinze caminhões saindo todo o dia do Saco Grande levando o esgoto não sei para onde. Uns dizem que é para a Palhoça; outros dizem que é para a estação de tratamento da Casan em Canasvieiras. Enfim, para onde está indo essa frota com o esgoto?

Isso é lamentável! Florianópolis não pode ser conhecida como a capital de frota de esgoto.

Portanto, aproveitamos esta audiência pública para fazer essa denúncia e dizer como é terrível essa questão do saneamento básico.

Em relação à água, vamos estar atentos e não vamos permitir a sua privatização aqui em Florianópolis. Vamos ter que garantir uma Casan com qualidade, fazendo abastecimento de água e realizando saneamento básico.

Também gostaria de abordar a questão da moradia popular. Nos anos noventa, os movimentos relacionados a moradias coletaram um milhão de assinaturas, e conseguimos aprovar no Congresso Nacional, depois de dez anos, o Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social. Este ano nós conseguimos regulamentar, também no Congresso Nacional, o conselho nacional para gerenciar os recursos do Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social. Cabe agora aos Estados, Darci, assinarem a adesão e constituírem o seu Fundo Estadual de Moradia de Interesse Social.

Esperamos que o governador reeleito assine esse termo de adesão agora em janeiro de 2007 e encaminhe a esta Casa um projeto de lei regulamentando o Fundo Estadual de Moradia de Interesse Social, porque só com a soma dos recursos é que podemos encarar o déficit habitacional neste país. Não adianta um município ter a sua política habitacional e atender os pobres do município; o Estado ter uma outra política e atender os pobres do Estado; e o governo federal, da mesma forma. E a soma, são os entes federados que têm que fazer uma política nacional; e, para isso, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo de Moradia de Interesse Social caminham nessa direção.

Nós, da União Nacional de Moradia Popular, estamos aqui para poder implementar no Estado de Santa Catarina o Fundo Estadual de Moradia de Interesse Social, porque aí o Estado vai ter a obrigação de captar e canalizar recursos, e não simplesmente ficar esperando recursos do Ministério das Cidades e do Governo Federal. É necessário somar município, Estado e Federação para que se possa encarar uma política voltada para a população de baixa renda.

Infelizmente, o Fundo de Garantia, nos últimos anos, não tem investido na habitação popular. O que se tem feito em relação à política habitacional são pequenas experiências que não têm correspondido à demanda do déficit habitacional deste país.

Para concluir, a União Nacional de Moradia Popular tem se baseado no cooperativismo e na autogestão. Apesar das experiências aqui no Brasil, o que ouvimos e vemos são experiências de co-gestão. Ou seja, a Cohab empresta para as cooperativas, porém o financiamento é individualizado. E a burocracia da Caixa Econômica Federal... Os créditos solidários estão aí, mas não se consegue, porque existe uma tremenda burocracia.

Portanto, nós defendemos o cooperativismo e a autogestão, a fim de que essas entidades tenham acesso direto. E que o cooperativado pague diretamente à cooperativa e que a cooperativa pague à instituição que lhe concedeu empréstimo.

Se conseguirmos avançar na autogestão, no cooperativismo, passando esse crédito direto, evitando a burocracia do Estado, conseguiremos avançar em uma política nacional de moradia de interesse social.

Deputado, estamos inclusive aqui com um modelo de adesão ao Fundo Estadual de Moradia de Interesse Social e também com a lei que instituiu o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social. Esperamos que ano que vem, na próxima legislatura, esta Casa possa aprovar o Fundo Estadual de Moradia de Interesse Social para podermos ter acesso aos recursos do Ministério das Cidades, porque é uma exigência e uma necessidade Santa Catarina incluir e aderir a este Fundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Passo a palavra agora ao deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - PENINHA - Deputado Dionei, primeiramente gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública.

Sem dúvida a questão da moradia popular, do saneamento básico é um problema muito grave neste país e também no Estado de Santa Catarina.

Nós, Legislativo e Executivo catarinense, temos que fazer a nossa parte, até porque sabemos que, independente da motivação maior, que é a necessidade da construção de moradias, ao encontro disso vem a questão da própria geração de empregos. A construção de moradias, sem dúvida, seria uma das formas de gerarmos empregos, até diria de empregos não-qualificados, uma das grandes necessidades deste país.

Aproveitando essas colocações, também gostaria de perguntar à senhora Maria Darci, presidente da Cohab, o que daria como sugestão em relação ao próprio Executivo, ao qual está evidentemente comprometida, mas que falasse sinceramente o que o Executivo, e também o Legislativo de Santa Catarina, poderia fazer no sentido de ampliar essa falta de moradias populares no Estado de Santa Catarina.

Temos o Fundo Social, é verdade, uma das alternativas. Sabemos que o governador tem o compromisso de encaminhar um projeto de lei colocando na Constituição o Fundo Social aqui em Santa Catarina. Quem sabe essa lei possa prever um percentual do Fundo Social - assim como hoje a Apae tem um percentual, por exemplo, que se fez por justiça - também para a nossa Cohab e para a construção de casas populares para pessoas de baixa-renda e carentes.

Então, além dessa esteira que eu lhe coloco, quais outras propostas a nossa presidente, Maria Darci, poderia nos dar?

Aliás, Maria Darci, queria cumprimentar-lhe pelo bellissimo trabalho que vem fazendo. Tenho acompanhado de perto o seu trabalho, até mesmo sendo relatado pelo diretor, meu amigo, que está aqui conosco e que tem sempre lhe elogiado e falado bem do seu trabalho, pois com pouco dinheiro, mas com muita criatividade tem feito muito. Então, quero parabenizá-la exatamente pela competência e pela criatividade na condução da Cohab em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Passamos a palavra ao senhor Romualdo Goulart, diretor de Orçamento da Secretaria de Estado do Planejamento.

O SR. ROMUALDO GOULART - Deputado Dionei, membro da Comissão de Finanças e Tributação desta Casa e eminente relator do projeto de lei do Orçamento, ora tramitando nesta Casa, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa e agradecer o convite para estar aqui debatendo essas duas importantes funções de Governo.

Gostaria de parabenizar a doutora Maria Darci Mota pelo seu brilhante trabalho de administração e reestruturação da Cohab; o deputado Peninha; e o nosso colega Modesto, membro da União Nacional de Moradias Populares e da Ufecu.

A diretoria de Orçamento do Estado de Santa Catarina tem como sua responsabilidade principal consolidar o processo de elaboração do Orçamento do Estado. Nesse sentido coordenamos o trabalho de alguns setores que trabalham exatamente com as funções habitação e saneamento.

No caso, hoje, temos algumas unidades orçamentárias que exatamente trabalham com essas funções, como a SC Parcerias, a Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, a Cohab, a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, e na área de saneamento, principalmente, a Casan, na qual estão alocados os maiores volumes de recursos para o saneamento no Estado de Santa Catarina.

Dessa forma, estamos aqui à disposição para esclarecer alguns pontos duvidosos que a Comissão de Finanças possa ter encontrado na proposta orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Muito bem.

Abrimos a palavra para os presentes que quiserem se manifestar, por até cinco minutos.

O SR. CRISTIAN JESUS DA SILVA - Bom-dia a todos.

Sou advogado, tenho trabalhado na área de saneamento nos últimos anos e venho aqui fazer uma ponderação justamente no objeto da audiência pública, que é a falta de recursos orçamentários para a área de saneamento, em que isso implica.

Nós temos visto, e todos os dados indicam isso, que a situação ambiental do Estado não é das melhores, pelo contrário, está caminhando para uma situação bem crítica - e o setor de saneamento tem sua parcela nesse quadro, principalmente pela falta de tratamento de esgoto nas áreas urbanas, como disse o deputado, no litoral, na parte turística, mas também na área produtiva do oeste, enfim, praticamente no Estado inteiro.

O que vemos é uma clara sinalização do Governo do Estado no sentido, primeiro, de incentivar os municípios a assumirem essa responsabilidade nas municipalizações e, segundo, mas caminhando no mesmo sentido, tirar recursos orçamentários, ou seja, joga para a população todo o ônus de arcar com isso no pagamento das tarifas. Deixa de injetar dinheiro arrecadado através de imposto e simplesmente transfere para a população o ônus de arcar com todo o investimento através da tarifa. Isso por quê? Porque para investir vai precisar pegar empréstimo, financiamento - que tem juros, tem que ser devolvido para uma instituição -, ou senão tem que ter lucro nas operações do sistema para reinvestir no sistema. Dessa forma o usuário sempre está sendo onerado.

O que eu queria resgatar um pouco que a nossa Constituição estabelece que a obrigação de investir e de melhorar as condições de saneamento é comum do município, do Estado e da União. E, aqui, em Santa Catarina, os municípios já estão sendo incentivados a assumirem parte da responsabilidade.

Nós notamos que a União voltou a liberar recursos para essa área - orçamentários e onerosos -, através do Fundo de Garantia, Fatma, mas também do Orçamento da União. E aqui a gente vê que o Estado se retira dessa obrigação, simplesmente joga para a população de novo, arrecada imposto e não investe no setor de saneamento. Simplesmente falam assim: olha, paguem a conta! Querem esgoto? Paguem a conta! Sendo que a gente já recolhe, já paga ICMS, paga IPVA, enfim paga tributos que ficam aqui no Estado.

Então, a minha manifestação é no sentido de alertar que é extremamente importante que o Estado destine mais que os R\$ 230 mil previstos no Orçamento de 2007 para a área de saneamento.

É claro que ninguém tem a ilusão que só os recursos orçamentários vão sanar os problemas, mas é preciso haver certo equilíbrio entre recurso oneroso, que a população tem que devolver para uma instituição bancária com juros e correção, e recurso que ela já paga no imposto.

Se você pegar o quadro que o Ministério das Cidades coloca como comparativo nos anos 2003 e 2005, vai perceber que há claro equilíbrio entre recursos orçamentários e não-orçamentários. Você tem pouco mais de 50% que são recursos onerosos, mas você também tem quase 50% que são recursos do Orçamento da União. Essa realidade não se vê aqui no Estado. Se tivéssemos uma outra realidade de saneamento básico aqui no Estado até se justificaria a pouca dotação orçamentária, mas não é o caso.

E a gente vê que Estados estão avançando na cobertura de saneamento, como Minas Gerais e São Paulo. E avançaram por quê? Porque além de recurso oneroso colocaram recurso orçamentário. Senão não adianta, não adianta só uma fonte de recurso. Só a privatização, como tem indicado o governo do Estado, só recursos privados não são suficientes.

O próprio relatório do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que saiu agora recentemente, mostra que a política de privatização na América Latina e na América do Sul não contribuiu para a melhoria dos níveis de saneamento, pelo contrário, motivou vários conflitos.

Então, a gente precisa mudar essa visão que temos do governo do Estado.

Era isto que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Mais alguém gostaria de se manifestar?

O SR. JOSÉ CARLOS RAUEN - Meu nome é José Rauen, sou presidente do sindicato dos Engenheiros e funcionário da Casan, mas neste momento não a represento até porque vim convidado como presidente do sindicato.

Gostaria de cumprimentar o deputado Dionei pela iniciativa, porque é muito importante para todos nós usar desse espaço para fazer a defesa do saneamento; a doutora Darci; o Azevedo e o diretor de planejamento da Secretaria de Estado.

Quero aqui fazer um comentário que acho muito pertinente. Infelizmente o saneamento em Santa Catarina tem dificuldade de funcionar por vários motivos.

Anterior ao ano 2002 a Casan não funcionava e o sistema, então, era falido. Bom, chegamos em 2006 e o sistema continua não funcionando, algumas cidades municipalizaram e os municípios também continuam não funcionando.

Então, temos uma interrogação no saneamento que não sabemos ainda a sua resposta. Efetivamente a resposta deve vir partilhada do governo estadual com o governo federal. Não temos essa convergência para que se descubra a solução. Todo e qualquer governante tem uma solução individual para o saneamento.

Temos visto as municipalizações que não estão dando certo. O dinheiro que faltava para investimento em saneamento continua não havendo, e a população continua pagando a tarifa, um pouco mais alta, um pouco mais baixa, mas a tarifa continua sendo usada para alavancar a administração do sistema e não no investimento.

Então, aquilo que o Cristian falou está totalmente correto. Nós precisamos achar formas e soluções para que o investimento seja feito na área de saneamento, que é necessário.

Se nós dissermos que com um real aplicado em saneamento economizamos quatro em saúde, por que não usarmos o recurso da saúde da base orçamentária para investir em saneamento? Nessa congregação de forças podemos chegar a resultados. Na mesma solução chegamos à habitação. A habitação é uma responsabilidade do governo, principalmente para a faixa de baixa renda, e não chegamos nunca à solução em cima das dificuldades orçamentárias e de financiamento, para que se gere esse tipo de infra-estrutura.

Se não assumirmos esse grande esforço em conjunto com a sociedade, com a Ufeco, com a Assembléia, com o governo do Estado e com o governo federal, efetivamente não vamos chegar à solução, porque senão a cada governo chegam soluções milagrosas.

E esta semana nós recebemos o relatório da Casan, no qual verificamos que a Casan, no ano de 2005, investiu R\$ 143 milhões em saneamento da sua tarifa, porque fez uma arrecadação de R\$ 350 milhões, atendendo 208 municípios. Se gastou R\$ 143 milhões, tem capacidade de endividamento, mas não consegue pegar recursos financiados para alavancar outro tipo de infra-estrutura.

Então, o sistema é viável? Sim, é viável! A prefeitura de Joinville também conseguiu R\$ 30 milhões ou R\$ 40 milhões para investir no saneamento, e as demais prefeituras municipalizadas ainda não conseguiram investimento. Lages já está municipalizada há quatro anos e até agora não conseguiu implementar um metro da rede coletora de esgoto que a Casan deixou lá em 70%.

Como fazer? É necessário somar forças e não dividir o saneamento como estão fazendo na municipalização dos sistemas. Se persistirmos na idéia de que o município funciona melhor e por isso tem condição de dar serviço, com certeza absoluta daqui a dez anos não sou eu que vou estar aqui, serão os seus filhos que estarão doentes. Pela falta de saneamento vai começar a voltar o tifo, a febre tifóide, a barriga d'água, verminose, e o Estado cada vez mais a aumentar o número de hospitais. Isso que precisamos somar para achar soluções, e não a municipalização do sistema.

A privatização nem vamos falar, porque chega a ser absurdo. Privatizado visa a lucro e esse lucro irá para as tarifas daquele serviço que se usa. Saneamento é saúde, está na Constituição, mas desde 1991, deputado, o governo de Santa Catarina não consegue um financiamento público para investir em saneamento. Como quer que o saneamento funcione? Não pode funcionar! Se não acharmos outras formas e soluções para realizar esse serviço, o saneamento será um caos no Estado como é hoje e continuará no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Alguém mais quer falar?

O SR. JAIR BATISTA RAMOS - Bom-dia a todos os integrantes da mesa, demais autoridades e participantes desta audiência pública.

Eu sou morador do Maciço do Morro da Cruz, faço parte do Fórum do Maciço do Morro da Cruz e também da diretoria da Ufeco.

Senhor deputado, nós temos uma grande preocupação em relação à questão de saneamento básico na cidade, que o Modesto já falou e o deputado também, eis que 80% dos nossos rios do Estado estão poluídos, e por dois anos consecutivos tivemos metade de nossas praias poluídas, que são o nosso principal investimento no turismo. Então, a questão do saneamento básico na nossa cidade, no nosso Estado é uma situação bastante grave que vem se agravando a cada ano.

O que nos preocupa também, recentemente, são as declarações do governador Luiz Henrique, após a sua reeleição, de que vai se empenhar muito para a liberação das grandes obras que estão inclusive embargadas pelo Ministério Público, justamente por questões irregulares em relação ao saneamento básico, principalmente o Sapiens Parque, o Costão Golfe e os próprios shoppings construídos em áreas de mangue ou então na orla marítima que vem agravar mais essa situação. E o governador já se pronunciou que vai trabalhar para a liberação dessas obras embargadas pelos ambientalistas e pela sociedade civil organizada.

Em relação ao Fundo Social, que o deputado defendeu, realmente ele está sendo usado, até o presente momento, para reforma de monumentos, como a catedral, a ponte etc., subvenção para entidades e não está sendo usado para áreas de interesse social, a qual o Fundo Social se destinaria. Nós questionamos essa utilização do Fundo Social e a sua constitucionalidade, que para nós não está claro.

Também é preocupante a questão de investimentos, a previsão do Orçamento, de R\$ 230 mil para saneamento básico. Chega a ser vergonhoso esse investimento, principalmente em relação à publicidade que saiu no jornal do dia 27, no qual o governador firmou um contrato com uma empresa de publicidade gastando R\$ 4 milhões, segundo o jornal, em propaganda de transportes e obras. Realmente é vergonhoso para nós um gasto de R\$ 4 milhões em publicidade e R\$ 230 mil em saneamento, que é o ponto crítico de nossa cidade, de nosso Estado.

Então, em momento algum podemos estar de acordo com essas atitudes do governador do Estado de Santa Catarina. Aliás, até para sua própria reeleição ele gastou R\$ 7 milhões em campanha, declarada no TRE. Vai trabalhar a vida toda e jamais vai retornar para ele esse gasto de R\$ 7 milhões em campanha política. Então, realmente é complicado, e questionamos todos esses gastos.

Em relação à vida, à prioridade das pessoas, do ser humano, realmente está sendo relegado a segundo plano.

Seria isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Mais alguém gostaria de se manifestar?

O SR. PEDRO GABRIEL DA SILVA - Bom-dia a todos.

Sou morador do Ribeirão da Ilha, aqui em Florianópolis, e faço parte da Amasi - Associação dos Maricultores do Sul da Ilha. Não a represento, mas sou associado.

Venho aqui declarar a minha preocupação e a minha estranheza em relação à falta de um representante da Casan na audiência pública sobre saneamento básico ocorrida no Ribeirão da Ilha, presidida pelo deputado padre Pedro, bem como nesta audiência. Não vejo hoje aqui nenhum representante. Apesar de o governo do Estado estar representado, mas a parte do saneamento básico é de competência da Casan.

Só queria deixar registrado que o próprio governador tocou em certas ocasiões que a maricultura é um dos pontos de desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina. Ele pode ter falado ou usado a maricultura de uma forma a ser beneficiado com o mérito do expoente, que é a maricultura para o Estado, mas como acontece no governo federal, faltaram recursos para a aviação tempos atrás e só agora que arrebentou, estourou nas costas deste governo, que vai ter que arcar, porque não foi tomada nenhuma atitude imediatamente.

Por causa do saneamento básico, o governo do Estado, representando o PMDB, (vimos o líder do PMDB falar há pouco), pode acabar com a maricultura em Florianópolis se amanhã ou depois ocorrer uma salmonela ou por uma ocasião de uma outra desgraça, vamos dizer assim.

Então o governador do PMDB... Como aconteceu no caso da aviação agora, como o próprio cidadão ali falou: o recurso. Vamos colocar uma hipótese de ter que acabar com a maricultura por falta do saneamento básico, será responsabilidade do governo.

Então, causa-me estranheza a falta de um representante da Casan nesta reunião. Na audiência pública que participei lá no Ribeirão da Ilha, um engenheiro falou que a Casan cuida de 90% a 100% das estações de tratamento.

E, *in off*, conversando com funcionários aposentados da Casan, sei que esse cálculo é feito pela própria Casan, esse tratamento de 90% a 100%. Não se viu nenhuma empresa fora da Casan constatar que, por outros motivos, esse tratamento seja ineficaz, abaixo de 90%.

Temos dois projetos, um até está no Ministério Público, que é a questão do emissário no norte da Ilha, e tem um projeto também... Esse projeto até hoje ficou *in off*, vamos dizer assim, que é o projeto de saneamento básico no sul da Ilha, com emissário também para a baía Sul.

A Amasi, em ata, numa assembleia geral, determinou que se fosse contra qualquer emissário na baía, porque você cultiva ostra e marisco numa baía em que vai ter um emissário. Qualquer leigo... Não entra! Então, emissário em baía, onde tem maricultura...

Tivemos um apagão em Florianópolis e o sistema da Casan depende de energia elétrica. As elevatórias têm um ladrão, e quando tem um ladrão... O leigo sabe para que serve um ladrão! Claro, o sistema parou, entrou em colapso por falta de energia, mas o esgoto continuou vindo.

A pergunta que se faz é para onde foi esse esgoto nesses três dias de apagão. A estação de tratamento continuou recebendo o esgoto, mas o que conseguiu chegar por gravidade até a estação não foi tratado, porque depende de energia, e foram três dias. Um emissário dentro de uma baía que tem maricultura ficar três dias sem energia elétrica?! Tomara que nunca mais isso aconteça. E que isso sirva para todas as cidades do Estado. As bombas de elevatórias dependem de energia elétrica. Se a energia parar... 100% do esgoto in natura para quem vai comer ostras ou mariscos.

Eu só quero deixar registrada essa preocupação que temos com a maricultura.

E no Orçamento, que se invista com eficiência o pouco dinheiro que é colocado. Gastar milhões de reais para colocar um emissário numa baía que é totalmente... É inadmissível! O Orçamento não cumpriu com a sua função, que é ajudar a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Mais alguém gostaria de se manifestar?

O SR. LUIZ OTÁVIO CABRAL - Eu trabalho aqui, na Assembléia Legislativa, na assessoria coletiva da bancada do PT.

Antes de fazer a pergunta ao representante da Diretoria de Orçamento da Secretaria de Planejamento eu gostaria de fazer uma reflexão, porque a questão de saneamento - e isso de certa forma nos motivou a pensar nesta audiência e a promovê-la -, é uma dessas questões que colocam em xeque as prioridades do governo.

Para um Orçamento que destina mais de 50 milhões para publicidade em 2007 e R\$ 230 mil para saneamento, recursos não-onerosos, como disseram anteriormente, não é preciso muito para saber quais são as prioridades.

Mesmo em face desses números, o que vem sendo colocado pelo governo do Estado - e isso foi confirmado semana passada numa feira ambiental que foi promovida aqui na Assembléia Legislativa pelo secretário Sérgio Silva, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável -, é que o saneamento é uma das prioridades do governo Luiz Henrique para o próximo mandato.

A prioridade, pelo visto, encontra-se apenas no discurso. Infelizmente o que se está vendo é um certo descaído do governo do Estado em relação aos recursos orçamentários para saneamento básico, e sem dúvida alguma acho que isso deve ser colocado. Esse é o intuito da minha reflexão inicial. Mas a pergunta que eu quero fazer ao representante da Diretoria de Orçamento é a seguinte: por que essa cifra tão insignificante de recursos orçamentários para saneamento básico? Na verdade, eu esperava que a fala da Diretoria de Orçamento da Secretaria de Planejamento viesse nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Mais alguém gostaria de se manifestar?

A SRA. IONE RAMOS - Eu sou presidente da Associação de Mulheres Maricultoras do Ribeirão da Ilha, aquícultoras e ambientalistas da Ilha também.

Complementando o que o companheiro Pedro Gabriel falou, não sei se é de conhecimento de todos que o Ribeirão da Ilha é responsável por 90% da produção de ostras no Brasil. Acho que esse é um dado relevante, que poderia ser visto pela Casan, pelo governo, por todos, porque seria a exclusão de muitas famílias que dependem disso.

O que eu gostaria de falar é que a gente tem um papel importante dentro do Estado. Nós somos novos ainda no processo da maricultura. Mal estamos começando e já vimos que, de repente, podemos morrer na praia por falta de saneamento básico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Continua livre a palavra.

(Pausa.)

Vamos então passar para os encaminhamentos e para as pessoas da mesa, para que respondam as perguntas já formuladas.

Na minha fala inicial, fiz um questionamento sobre a execução orçamentária da Cohab. (*Examina documento.*) Eu tenho até outubro, mas talvez já tenha avançado. Em 2006, na ordem de aproximadamente R\$ 50 milhões. O que aconteceu com esse saldo?

Além das perguntas que as pessoas já fizeram, eu gostaria que a senhora respondesse a esta também.

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Muito bem, eu tenho duas perguntas importantes para as quais nós temos respostas, sim.

Quando conseguimos viabilizar a Cohab como agente financeiro e entramos nos leilões federais, só conseguimos trazer quase R\$ 50 milhões para Santa Catarina porque o governo do Estado assumiu todos os custos da implantação do programa, seja através de pessoal ou manutenção da própria empresa, que foi feita com recursos próprios da Cohab. E o Estado mantém a folha de pagamento, que nós conseguimos, ao longo desses quatro anos, reduzir em 50%.

Eu fui a esses leilões porque tinha autorização do governo do Estado para participar, e era sua intenção dar R\$ 2 milhões por mês do Fundo Social para a construção de moradias. No entanto, os recursos que entraram no Fundo Social não foram suficientes, não corresponderam à expectativa. Por isso mesmo estamos concluindo 2006 com um grande saldo de recursos para aplicação no próximo ano e com uma promessa do governador de, logo no início de 2007, fazer um aporte de recursos dessa contrapartida para que possamos dar continuidade à execução dessas casas.

Agora, todas as casas que já tiveram uma prévia contratação estão garantidas. Elas serão executadas, deputado, a partir de fevereiro - são quase três mil casas em execução neste momento. E conseguimos, neste último trimestre, com recursos próprios da Cohab, viabilizar a construção de mais mil moradias. Isso porque melhoramos o índice de cobrança da empresa. Baixou a inadimplência, que ainda não é suficiente, mas já temos uma fonte de recursos própria também para a contratação.

Mas respondendo à sua pergunta e à do deputado Peninha, que colocou aqui muito bem, quase já se oferecendo para ajudar na aprovação de uma política para Santa Catarina: como nós vemos a solução desse problema? A solução é simples: a Cohab está aparelhada para dar um salto na construção de moradias e na implantação de uma política. Ela tem equipe, ela montou uma estratégia. Hoje nós temos inscrição eletrônica para todos os municípios de Santa Catarina, ninguém precisa mais entrar em fila, é só ir à prefeitura, a um órgão público, à Secretaria de Desenvolvimento Regional e fazer a inscrição.

Agora, como nós estamos perseguindo uma qualidade de trabalho na implantação desse programa e privilegiando uma parceria, a execução é sempre através de parceria, a Cohab não faz mais sozinha, até porque é com essa parceria que estamos viabilizando esse grande número de unidades habitacionais. E certamente a forma de resolver isso é bem simples, aparentemente: é o governo do Estado encaminhar à Assembléia uma política de habitação e assegurar recursos do Fundo Social. Esperamos seja definitivamente aprovada a obrigatoriedade da participação das empresas nesse Fundo a partir do ano que vem. Com isso teríamos uma fonte permanente de recursos, e assim colocaríamos em funcionamento, porque já reativamos também o Fundo de Habitação em Santa Catarina, e fariamos a implementação do programa, atendendo a um grande número de famílias catarinenses, principalmente as de mais baixa renda. As demais, classe média baixa e classe média, a intenção do governo é executar o programa em parceria com outros agentes financeiros, no caso, os bancos privados, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

O senhor governador já disse que todos terão acesso à moradia. Como já foi discutido no âmbito das Secretarias de Desenvolvimento Regional, teremos condições de fazer dessas parcerias a realização e a consolidação do programa.

E eu espero um grande empenho da Assembléia Legislativa, uma posição conjunta, incluindo todos os partidos, para aprovar essa lei que vai dar uma resposta àquelas nossas reivindicações antigas de um programa de moradia popular para Santa Catarina.

E tenho certeza, Azevedo - e já nos conhecemos desde a organização das associações, coordenamos projetos na Universidade Federal -, que é um lutador, que está sempre batalhando pelas famílias de mais baixa renda, que vocês terão do Estado um grande parceiro para a solução da moradia em Santa Catarina. E esperamos também contar com a participação de vocês na solução desse problema. É a união de todos que vai fazer com que, com recursos financeiros, tenhamos uma solução definitiva, o que ainda é difícil, porque esse déficit está acumulado há muitos anos, mas uma solução acelerada, atendendo a um maior número de famílias catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Muito obrigado.

Modesto, alguma consideração?

O SR. MODESTO AZEVEDO - Nós reconhecemos, Maria Darci, o esforço que a Cohab tem feito. Porém, a política do governo do Estado não tem correspondido a esse esforço. No Orçamento que se vê aqui, inclusive da política habitacional, o governo tem maioria tanto nesta legislatura quanto na próxima.

Em São Paulo, 1% do ICMS arrecadado é destinado à moradia. Então não existe, por parte do governo do Estado, infelizmente, uma política de habitação voltada para a população de baixa renda, e aí nós apontamos que o sistema nacional do Fundo Nacional de Moradia Social aponta para isso. Vamos ficar atentos para que realmente Santa Catarina seja incluída nesse sistema nacional e também seja estabelecido um fundo com recursos próprios, porque essa parceria, que são os entes federados, municípios, Estados e Federação... Nós vamos avançar numa política voltada para a população de baixa renda. O que se tem visto por este País afora são medidas que não têm dado conta do déficit habitacional.

Então nós esperamos que o governo do Estado aponte uma política voltada para a população de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Muito obrigado.

Com a palavra o Romualdo, para a sua manifestação.

O SR. ROMUALDO GOULART - Algumas pessoas se reportaram à questão do baixo valor destinado à área de saneamento. Inclusive, foi essa a pergunta feita pelo Cabral.

Eu gostaria de dizer que atualmente os órgãos do Estado de Santa Catarina que fazem parte do Orçamento, que têm como função exercer suas atividades na área de saneamento... Temos hoje a SC Parcerias, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e, principalmente, a Casan, que tem essa função de saneamento.

Foi falado por diversas vezes aqui que o Estado de Santa Catarina está aplicando apenas R\$ 230 mil em saneamento, mas esse número foi tirado do Orçamento de forma equivocada. O Orçamento do Estado é uma peça única, mas é composto pelo orçamento fiscal e pelo orçamento de investimento das empresas estatais. Esses R\$ 230 mil foram tirados apenas do orçamento fiscal, ou seja, o orçamento concedido para as despesas de órgãos da administração direta, no caso, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Esses 230 mil referem-se à gestão da política habitacional no Estado de Santa Catarina. O grande volume de recursos está exatamente na Casan e na SC Parcerias, que foram deixados de lado.

Se olharmos o orçamento de investimento das empresas estatais, veremos que no Orçamento do Estado estão previstos R\$ 206.658 milhões, somados à emenda de 50 milhões, que foi feita ontem ao Orçamento da Casan, esse montante passaria para R\$ 238 milhões. Então, houve um equívoco aqui ao relatar que o Estado está destinando apenas 230 mil ao orçamento para saneamento.

Era essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Acho que ficou claro, tanto na minha fala quanto na do Cristian, que dos recursos orçamentários do Estado são R\$ 230 mil, o restante ou é tarifa (a Casan reinvestindo) ou financiamento.

O SR. ROMUALDO GOULART - Mas o Orçamento é uma única peça. Todos os recursos que estão no Orçamento são recursos orçamentários. Independentemente da origem, são recursos que o Estado arrecada de uma forma ou de outra, via tarifa ou via impostos (via tarifa através da Casan e via impostos através do Tesouro do Estado), que estão disponíveis para investimentos nas áreas de saneamento. Portanto, são todos recursos orçamentários.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Com a palavra Cristian Jesus da Silva.

O SR. CRISTIAN JESUS DA SILVA - Até para não sermos confundidos pela técnica ou tecnicismo no Orçamento, eu gostaria de saber se os recursos que estão previstos para a Casan são recursos oriundos de impostos - ICMS, IPVA.

O SR. ROMUALDO GOULART - De impostos, não. São recursos tributários. São recursos de taxas...

O SR. CRISTIAN JESUS DA SILVA - De tarifas.

O SR. ROMUALDO GOULART - Das tarifas que a...

O SR. CRISTIAN JESUS DA SILVA - Ou seja, quem está pagando isso aí é o consumidor. Ele já pagou imposto e agora está pagando na tarifa. É isso que eu coloquei. Recursos de impostos não estão sendo destinados pelo Estado. Isso é omissão. Pegar dinheiro através de tarifa e através de empréstimo ou financiamento, todo mundo está fazendo! O que a gente está colocando é que falta recurso orçamentário oriundo de imposto e não de tarifa. Tarifa não é imposto! Tributo abrange impostos, taxas e contribuições, mas o que estou falando é imposto, não tarifa, empréstimo ou financiamento.

O SR. ROMUALDO GOULART - A Casan tem como atribuição o saneamento. E é através dos recursos das tarifas que ela proporciona o saneamento. Os recursos que o Estado aplica, oriundos dos impostos, também vêm da sociedade, e nessas áreas são aplicados. Logicamente que os recursos que o Estado arrecada diretamente via impostos e taxas têm uma vinculação constitucional já definida por leis, em que a totalidade dos recursos já está vinculado em mais de 100%. Hoje as vinculações legais e constitucionais ultrapassam os 100%, o que dificulta a locação de recursos de impostos nas áreas de saneamento. No entanto, nós temos a Casan e a SC Parcerias que hoje vêm auxiliar o Estado de Santa Catarina tanto na área de saneamento como na área de habitação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Acho que ficou claro, pelo menos para mim, que o déficit, tanto habitacional quanto de saneamento em Santa Catarina, não vai se resolver, principalmente o saneamento com a tarifa. Ou o governo assume a sua responsabilidade e investe efetivamente recursos orçamentários no saneamento ou nós vamos ter, como ouvi do presidente da Casan, que o investimento nas cidades seria apenas proporcional à arrecadação. Porém, nós temos municípios pequenos que precisam, com certeza, de um investimento além da arrecadação. Acho que isso ficou claro.

Antes da audiência, eu tinha como proposta tentarmos... E aí é bom deixar bem claro que o governo tem maioria tranqüila na Assembleia Legislativa. Então, se quiser, vai passar, pelo menos 1% do investimento para saneamento básico e 1% para habitação de interesse social.

Reconhecemos o esforço, a dedicação e a competência, inclusive na busca de recursos federais, por parte da doutora Maria Darci, mas não podemos chegar a novembro tendo mais de trinta milhões que podem ser aplicados em habitação e não aplicá-los por falta de contrapartida do Estado.

E não é que o Fundo Social não arrecadou o suficiente, é que a prioridade do governo não era habitação. A arrecadação do Fundo Social em 2006 foi mais de cem milhões; em 2005, mais de cem milhões. A destinação desses recursos do Fundo Social são definidos por um conselho formado por secretários de Estado, todos sob a caneta do governador. Quer dizer, é o governador que decide onde aplicar. E muito desse recurso vai para a subvenção social, para deputados aliados, para entidades ligadas a deputados, como já foi denunciado aqui, e para coquetéis. Quer dizer, o Fundo Social, no meu entendimento... Se fosse com uma vinculação social como é o da APAE, por exemplo, nós poderíamos ter desse Fundo Social uma vinculação direta com a Cohab, com a questão do saneamento. Aí, sim, atenderia a um interesse social.

Vamos encaminhar então ao governo a questão do Fundo, para que venha à Assembleia para ser aprovado, e como emenda ao Orçamento vou fazer esses dois encaminhamentos... Não sei se contempla ou se teria mais algum encaminhamento proposto que talvez eu tenha esquecido, e aí espero contar com cada um no seu setor para tentar um movimento com os deputados da base do Governo para que, efetivamente, consigamos aprovar.

O SR. MODESTO AZEVEDO - Eu só queria ressaltar a importância do Fundo Nacional, porque constitui o Conselho, e o Conselho é com a participação popular. É ele que vai definir quais são as prioridades e onde serão investidas. É por isso que insistimos tanto nesse sistema nacional de moradia de interesse social.

Por fim, quero dizer ao pessoal da Ilha que conte conosco na questão do saneamento, porque ali no Saco Grande a Casan apresentou a mesma alternativa: um submarino para jogar mais uma vez a estação de tratamento de esgoto do shopping na Baía Norte, e aí foi embargada pelo Ministério Público.

Essa luta ainda vai dar muito que falar, porque esta Ilha é muito sensível, temos que estar atento a isso.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dionei Walter da Silva) - Então era isso. Agradecemos à direção da Cohab, dona Darci, que sempre esteve conosco; ao doutor Romualdo, diretor de planejamento; e ao Modesto Azevedo, da Ufecu.

Agradecendo a todos pela presença, declaramos encerrada a audiência pública.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA
PRESIDENTE
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 118/2006

REFERENTE: RESCISÃO CONTRATO CL Nº 041/2004-00, celebrado em 19/10/2004.

CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATADA: A M D LOCADORA DE CONTAINERS LTDA.

OBJETO: **RESCISÃO AMIGÁVEL** do contrato supramencionado, celebrado com a empresa **A M D LOCADORA DE CONTAINERS LTDA., a partir de 22 de novembro de 2006**, ante à conclusão das obras de Ampliação e Reforma do Prédio do Palácio Barriga-Verde - Setor Auditório e das obras de reforma do estacionamento dos funcionários, com fulcro no inciso II do art. 79, da Lei nº 8.666/93, conforme despacho exarado pelo Diretor Administrativo, em 22/11/06, no Ofício DST 346/06, datado de 14/11/2006, da área gestora do contrato, através do fazendo a Contratada jus ao pagamento dos 22 (vinte e dois) dias de locação, referentes à competência nov/2006 até a desmobilização do container, acrescidos do frete de retorno no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme dispõe o item 1 da Cláusula Terceira do Contrato, totalizando R\$ 461,40 (quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

Florianópolis, 23 de novembro de 2006.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

LEI

LEI N. 13.880, de 04 de dezembro de 2006

Dispõe sobre a contratação temporária e a prestação de serviço voluntário na atividade de salvamento aquático por pessoal civil e estabelece outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 129, de 13 de novembro de 2006, e eu, Deputado Júlio Garcia, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 311 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a prestação de serviço voluntário e a contratação de guarda-vidas civis, ambas em caráter temporário, para execução da atividade de salvamento marítimo no litoral catarinense, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para o voluntário e, as leis trabalhistas para o contratado.

§ 1º Os guarda-vidas civis voluntários, contratados em caráter temporário, executarão suas atividades sempre supervisionados e em conjunto com um ou mais bombeiros militares aos quais estarão disciplinarmente subordinados.

§ 2º O número de guarda-vidas civis voluntários destinados a cada praia será definido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 2º Os serviços voluntário e contratado serão efetuados nos meses de outubro a março, podendo ser estendidos ou reduzidos de acordo com a necessidade do serviço de salvamento aquático.

Art. 3º As adesões ao serviço voluntário e as admissões dos contratados serão aceitas após aplicação de exames de habilidades específicas, definidos e efetuados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 4º São condições para prestar o serviço voluntário de salvamento marítimo:

- I - ter no mínimo dezoito anos;
- II - apresentar negativa de antecedentes criminais;
- III - ter sanidade mental e capacidade física;
- IV - ser legalmente habilitado para o exercício da função; e
- V - apresentar Termo de Adesão ao Serviço Voluntário de Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, com firma reconhecida em cartório.

Art. 5º São condições para ser contratado temporariamente:

- I - ter no mínimo dezoito anos;
- II - apresentar negativa de antecedentes criminais;
- III - ter sanidade mental e capacidade física;
- IV - ser legalmente habilitado para o exercício da função; e
- V - ser aprovado em processo seletivo simplificado.

Art. 6º Os voluntários que atuarem como guarda-vidas civis no serviço de salvamento aquático terão direito ao ressarcimento das despesas efetuadas com alimentação, transporte e equipamentos e os contratados receberão salário como contraprestação do serviço prestado.

§ 1º O valor do ressarcimento das despesas efetuadas com alimentação, transporte e equipamentos para o serviço voluntário, correspondente ao turno trabalhado de seis a nove horas diárias, será de 35% (trinta e cinco por cento) e o correspondente ao turno de trabalho maior que nove horas diárias será de 55% (cinquenta e cinco por cento), calculado sobre o valor de uma diária militar, paga ao soldado BM guarda-vidas.

§ 2º A remuneração mensal do contratado corresponderá a 100% (cem por cento) do nível 8, referência A, do Anexo I, da Lei Complementar nº 322, de 02 de março de 2006.

Art. 7º Para ambas as modalidades de prestação de serviço o Estado providenciará seguro de vida e contra acidentes que por ventura possam ocorrer no desenvolvimento da atividade de salvamento aquático.

Art. 8º O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina é responsável, de forma exclusiva e indelegável, pela formação e treinamento de todo e qualquer recurso humano civil envolvido na atividade de salvamento aquático, podendo homologar cursos de salvamento aquático realizados por outras instituições, se estes forem compatíveis com o currículo do curso desenvolvido pela corporação militar.

Art. 9º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de trinta dias.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 11. Ficam revogadas a Lei nº 12.470, de 11 de dezembro de 2002, e a Lei nº 13.536, de 04 de novembro de 2005.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de dezembro de 2006

Deputado Julio Garcia

Presidente

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 315/2006

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1588

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Altera, para o ano de 2007, dispositivos da Lei nº 12.871, de 2004, modificada pela Lei nº 13.323, de 2005, alterada pela Lei nº 13.673, de 2006, que dispõem sobre o Plano Plurianual 2004-2007 e adota outras providências".

Florianópolis, 10 de outubro de 2006.

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 17/11/06

Excelentíssimo Senhor

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado

Nesta

EM nº 364/06GABS/DIPG Florianópolis, 03 de outubro de 2006.

Senhor governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência projeto de Lei que "Altera, para o ano de 2007, dispositivos da Lei nº 12.871, de 16 de janeiro de 2004, modificada pela Lei nº 13.323, de 20 de janeiro de 2005, alterada pela Lei 13.673, de 09 de janeiro de 2006, que dispõem sobre o Plano Plurianual 2004-2007 e adota outras providências." em cumprimento ao parágrafo único do art. 2º da Lei 13.323, de 20 de janeiro de 2005.

O presente Projeto de Lei, apresenta a programação físico-financeira do Governo para o próximo ano, nos termos da Lei do Plano Plurianual em vigor.

A revisão que ora se encaminha ao Senhor Governador, teve como pressuposto básico a busca da melhoria do processo de planejamento e o fortalecimento da descentralização das ações das estruturas setoriais para as regionais, aproximando ainda mais o Governo da população, e aprimorando cada vez mais o modelo descentralizado que é o modelo de gestão adotado pelo Governo do Estado. O trabalho foi desenvolvido com a participação de todas as Secretarias de Desenvolvimento Regional, Secretarias Setoriais, Fundações, Autarquias e Empresas do Poder Público, bem como com a integração dos outros poderes componentes do Estado, Legislativo, Judiciário, e a participação do Ministério Público.

Buscamos empreender, por meio da revisão do Plano Plurianual, a efetivação do modelo de gestão por projetos com foco em resultados, a reestruturação das ações governamentais em um conjunto de programas, entendidos como unidade de gestão, com definição clara de objetivos e resultados esperados.

Apesar do ambiente de restrições fiscais, o Governo do Estado de Santa Catarina encerra este mandato eletivo implantando o novo modelo de desenvolvimento e avançando com o engajamento de toda a sua estrutura, Secretarias Regionais, Setoriais, Administração Autárquica e Fundacional, bem como as Empresas Estatais, em busca da execução de projetos, obras e atividades de interesse comum entre os Municípios, a União, o setor privado e as entidades não governamentais, multiplicando a capacidade dos recursos que dispõe o Governo Estadual.

O Plano Plurianual 2004-2007 ora revisto para o ano de 2007, foi concebido como instrumento inovador para apoiar a aposta de modernização do Estado por meio do fortalecimento da descentralização, regionalização e planejamento participativo.

A efetiva participação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional e das Audiências Públicas, garante a ampla participação de todos na dimensão Regional; na dimensão Setorial se verifica a atuação das Câmaras, Conselhos Setoriais e das Entidades Setoriais, dando sustentação ao processo; e na dimensão Estadual o Conselho Estadual de Desenvolvimento e os Conselhos Setoriais promovem a participação na tomada de decisão.

A presente revisão do PPA 2004-2007 contém um Anexo Único com a programação prevista para o ano de 2007, e as alterações ali presentes decorrem do permanente debate entre os setores e as regiões na busca do aperfeiçoamento do processo de planejamento estadual.

O planejamento é um processo que não se conclui com a entrega do Projeto de Lei, não consiste apenas em conhecer a realidade, projetar para o futuro e estudar as possibilidades de realização do plano. É processo permanente e incessante de fazer, revisar, avaliar e refazer planos que concluem sua tarefa na decisão concreta do dia a dia.

Pelo presente exposto, sugiro a Vossa Excelência a remessa deste Projeto de Lei, com o conteúdo e na forma em que se encontra redigido.

Respeitosamente,

Olvacir José Bez Fontana

Secretário de Estado

PROJETO DE LEI Nº 315/2006

Altera, para o ano de 2007, dispositivos da Lei nº 12.871, de 2004, modificada pela Lei nº 13.323, de 2005, alterada pela Lei nº 13.673, de 2006, que dispõem sobre o Plano Plurianual 2004-2007 e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica introduzida, para o ano de 2007, no Anexo Único da Lei nº 12.871, de 16 de janeiro de 2004, e nos anexos I, II e III da Lei nº 13.323, de 20 de janeiro de 2005, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.673, de 09 de janeiro de 2006, que dispõem sobre o Plano Plurianual para o período de 2004-2007, a reprogramação do Plano Plurianual para o ano de 2007, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A exclusão ou alteração dos programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei específico.

Parágrafo único. O Plano Plurianual poderá ser revisado ou mesmo modificado por ato específico do Chefe do Poder Executivo, obedecido o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) das previsões iniciais por programa, conforme anexo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2007.

Florianópolis,

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1428, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LEONARDO LORENZETTI**, matrícula nº 4520, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Deputado Celestino Roque Secco).

Jose Nei Alberton Ascari

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1429, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LEONARDO LORENZETTI**, matrícula nº 4520, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Liderança do PP).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1430, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SÉRGIO ANTONIO FLORES RUBIM**, matrícula nº 4930, do cargo Assessor de Liderança, código PL/GAL-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Liderança do PP).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1431, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ROSANA BUNN ZACCHI**, matrícula nº 4251, do cargo Assessor de Liderança, código PL/GAL-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Liderança do PP).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1432, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **RENATO VITORINO**, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Liderança do PP).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1433, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOSÉ AIRTON FERNANDES**, matrícula nº 4263, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Deputado Clesio Salvaro).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1434, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NELSON DA SILVA**, matrícula nº 4318, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Deputado Valmir Comin).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1435, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ZELI ESTEVAM TRAMONTIN**, matrícula nº 4585, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Deputado Valmir Comin).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1436, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,

NOMEAR **ZELI ESTEVAM TRAMONTIN**, matrícula nº 4585, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/12/06 (Deputado Valmir Comin).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1437, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

DESIGNAR **FLÁVIO PITIGLIANI VEIRA**, matrícula nº 1194, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Suporte e Manutenção - PL/FC-5, enquanto durar o impedimento do respectivo titular **ITAMAR JOSÉ EFFTING**, a partir de 01/12/06 (DAT/CI - Gerência de Suporte e Manutenção).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1438, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

nos termos do artigo 17, parágrafo único e, em consonância com os anexos III a III-C, da Resolução nº 002/2006,

DESIGNAR **GILMAR NUNES MAIA**, matrícula nº 1787, para exercer Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 01/12/06 (Deputado Nilson Gonçalves).

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1439, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR o servidor **Hélio Estefano Becker Filho**, matrícula nº 1332, para exercer a função de Pregoeiro, e a servidora **Bernadete Albani Leiria**, matrícula nº 1998, na função de Pregoeira substituta no Pregão nº 040/2006, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **Sinara Lúcia Valar Dal Grande**, matrícula nº 2169, **Antônio Henrique Costa Bulcão Vianna**, matrícula nº 1877, **Valter Euclides Damasco**, matrícula nº 0947, **Adriana Lauth Gualberto**, matrícula nº 0775 e **Reinhard Richter**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 040/2006.

José Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1440, de 04/12/2006

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **GILMAR NUNES MAIA**, matrícula nº 1787, no Gabinete do Deputado Nilson Gonçalves.

Jose Nei Alberton Ascari
Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***